Processo C-771/22

Pedido de decisão prejudicial

Data de entrada:

19 de dezembro de 2022

Órgão jurisdicional de reenvio:

Bezirksgericht für Handelssachen Wien (Tribunal de Comércio de Primeira Instância de Viena, Áustria)

Data da decisão de reenvio:

17 de outubro de 2022

Demandante:

Bundesarbeitskammer (Câmara Federal do Trabalho)

Demandada:

HDI Global SE

[Omissis]

REPÚBLICA DA ÁUSTRIA

BEZIRKSGERICHT FÜR HANDELSSACHEN WIEN

[omissis]

DESPACHO

PROCESSO:

Demandante

[omissis]

Bundesarbeitskammer

[omissis]

1040 Viena

[omissis]

Demandada

[omissis]

HDI Global SE

[omissis]

[Omissis]

[omissis]

30659 Hanôver

[omissis]

Objeto:

4 500,00 euros (incluindo juros e despesas)

I.

Nos termos do artigo 267.º TFUE (Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia), são submetidas ao Tribunal de Justiça da União Europeia as seguintes questões prejudiciais:

1. Deve o artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho (Diretiva Viagens Organizadas), ser interpretado no sentido de que os pagamentos efetuados pelo viajante ao organizador antes do início da viagem só estão garantidos se a viagem não se realizar em consequência da declaração da insolvência ou se também são abrangidos os pagamentos efetuados ao organizador antes da declaração da insolvência, se o viajante cancelar a viagem antes da declaração da insolvência devido a circunstâncias excecionais na aceção do artigo 12.º da referida Diretiva 2015/2302?
2. Deve o artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho (Diretiva Viagens Organizadas), ser interpretado no sentido de que os pagamentos efetuados pelo viajante ao organizador antes do início da viagem estão garantidos quando o viajante cancela a viagem antes da declaração da insolvência devido a circunstâncias excecionais na aceção do artigo 12.º da referida Diretiva 2015/2302, mas a declaração de insolvência ocorrer durante a viagem reservada?
3. Deve o artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho (Diretiva Viagens Organizadas), ser interpretado no sentido de que os pagamentos efetuados pelo viajante ao organizador antes do início da viagem estão garantidos quando o viajante cancela a viagem antes da declaração da insolvência devido a circunstâncias excecionais

na aceção do artigo 12.º da referida Diretiva 2015/2302 e a insolvência do organizador ocorrer devido a essas circunstâncias excecionais?

[*Omissis*]

FUNDAMENTAÇÃO

Disposição pertinente do direito da União

[1] O processo de decisão prejudicial visa o esclarecimento da interpretação das seguintes disposições da diretiva:

- Artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho (Diretiva Viagens Organizadas).

Matéria de facto do processo principal

[2] Em 3 de março de 2020, o consumidor austríaco XY celebrou um contrato de viagem organizada para uma viagem a Las Palmas, Gran Canaria, de 3 de maio de 2020 a 2 de junho de 2020, com a Flamenco Sprachreisen GmbH (a seguir «Flamenco»), igualmente constituída na Áustria, na qualidade de organizador.

[3] O preço da viagem, no montante de 2 656,00 euros, foi integralmente pago pelo consumidor em 9 de março de 2020. Em 16 de março de 2020, XY cancelou a viagem junto do organizador Flamenco, invocando o apelo do governo de recolhimento domiciliário, o alerta atual de nível 6 para Espanha e para os respetivos países vizinhos, bem como o prolongamento do seu serviço civil.

O direito de rescisão do contrato de viagem devido a circunstâncias excecionais estava contratualmente convencionado, sendo, por conseguinte, admissível e não tendo sido contestado no âmbito do processo.

[4] Em 20 de maio de 2020, foi dado início ao processo de insolvência [*omissis*] sobre o património da Flamenco no Landesgericht Linz (Tribunal Regional de Linz, Áustria). A sociedade foi dissolvida. O processo de insolvência foi dado por concluído, após o rateio final, por Despacho de 9 de junho de 2022, que transitou em julgado. Segundo o despacho de verificação e graduação de créditos, a quota concedida aos credores da insolvência correspondeu a 51,11 %.

Em 8 de junho de 2020, o administrador judicial declarou formalmente rescindido o contrato de viagem organizada.

[5] A primeira demandada, a TVA-Tourismusversicherungsagentur GmbH, [*omissis*] já tinha sido absolvida da instância enquanto mera liquidatária dos

direitos com fundamento na ilegitimidade passiva. A segunda demandada, e agora única demandada, a HDI Global SE, é a seguradora da Flamenco. Ambas celebraram um contrato de seguro de viagem organizada destinado a cobrir o risco, em conformidade com o disposto nos §§ 3 a 5 do Verordnung der Bundesministerin für Digitalisierung und Wirtschaftsstandort über Pauschalreisen und verbundene Reiseleistungen [Regulamento da Ministra Federal para a Digitalização e Assuntos Económicos Relativo às Viagens Organizadas e aos Serviços de Viagem Conexos (Regulamento Relativo às Viagens Organizadas, a seguir «PRV») *[omissis]* (v. mais detalhes no n.º 12).

Direito da União aplicável

[6] A harmonização das disposições legislativas, regulamentares e administrativas relativas às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos entre viajantes e operadores é realizada por diversas diretivas do Conselho ou do Parlamento Europeu e do Conselho. Mais recentemente, foi adotada a Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, que altera o Regulamento (CE) n.º 2006/2004 e a Diretiva 2011/83/UE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga a Diretiva 90/314/CEE do Conselho.

[7] A anterior Diretiva 90/314/CEE, atualmente revogada, previa, no essencial, no seu artigo 7.º, que a parte contratante (operador ou agência) assegura, em caso de insolvência, o reembolso dos fundos depositados e o repatriamento do consumidor.

[8] No que se refere ao artigo 7.º da Diretiva 90/314/CEE do Conselho, de 13 de junho de 1990, relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados, já existia uma série de processos prejudiciais (v., a este respeito, os n.ºs 24 e seguintes):

- Acórdão de 14 de maio de 1998 no processo C-364/96, *Verein für Konsumenteninformation contra Österreichische Kreditversicherungs AG*, EU:C:1998:226,
- Acórdão de 15 de junho de 1999 no processo C-140/97, *Rechberger e o. contra República da Áustria*, EU:C:1999:306,
- Acórdão de 16 de fevereiro de 2012 no processo C-134/11, *Blödel-Pawlik contra HanseMerkur Reiseversicherung AG*, EU:C:2012:98,
- Despacho de 16 de janeiro de 2014 no processo C-430/13, *Baradics e o. contra QBE Insurance (Europe) Ltd Magyarországi Fiöktelepe e Magyar Állam*, EU:C:1998:226, C-430/13.

[9] O artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, objeto do presente processo, tem a seguinte redação:

«1. Os Estados-Membros asseguram que os organizadores estabelecidos no seu território garantam o reembolso de todos os pagamentos efetuados pelos viajantes ou por conta destes na medida em que os serviços em causa não sejam executados em consequência da declaração da insolvência do organizador. Se no contrato de viagem organizada estiver incluído o transporte de passageiros, os organizadores devem igualmente garantir o repatriamento dos viajantes. Pode ser proposta a continuação da viagem.

Os organizadores não estabelecidos num Estado-Membro e que vendam ou proponham para venda viagens organizadas num Estado-Membro, ou que por qualquer meio dirijam tais atividades para um Estado-Membro, são obrigados a prestar a garantia nos termos do direito desse Estado-Membro.

2. A garantia a que se refere o n.º 1 deve ser efetiva e cobrir os custos razoavelmente previsíveis. Deve abranger os montantes de pagamentos efetuados pelos viajantes ou por conta destes e respeitantes a viagens organizadas, tendo em conta o período de tempo decorrido entre os adiantamentos e os pagamentos finais e o fim da viagem organizada, bem como o custo estimado dos repatriamentos em caso de insolvência do organizador.

3. A proteção em caso de insolvência do organizador é concedida aos viajantes independentemente do seu local de residência, do local de partida ou do local onde é vendida a viagem organizada, e independentemente do Estado-Membro em que está situada a entidade que garante a proteção em caso de insolvência.

4. Se a execução da viagem organizada for afetada pela insolvência do organizador, a garantia é mobilizada a título gratuito para assegurar os repatriamentos e, se necessário, o financiamento do alojamento anterior ao repatriamento.

5. Relativamente aos serviços de viagem que não tenham sido prestados, os reembolsos são efetuados sem demora injustificada após o pedido do viajante.»

[10] Aparentemente, não foram proferidas decisões mais recentes do Tribunal de Justiça relativas ao artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos.

Direito nacional aplicável

[11] O artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, foi essencialmente transposto na Áustria pelo § 3 do Regulamento da Ministra Federal para a Digitalização e Assuntos Económicos Relativo às Viagens Organizadas e aos Serviços de Viagem Conexos (Regulamento Relativo às Viagens Organizadas, a seguir «PRV») [omissis].

[12] O § 3 do PRV permanece inalterado desde essa data com a seguinte redação:

«§ 3. (1) As pessoas autorizadas a prestar serviços de viagem devem garantir que o viajante é reembolsado:

I. Pelos pagamentos efetuados (depósitos e pagamentos finais), na medida em que os serviços de viagem não sejam total ou parcialmente executados em consequência da declaração da insolvência da pessoa autorizada a prestar serviços de viagem ou o prestador de serviços exija o pagamento ao viajante;

[2.] Pelas despesas necessárias para a viagem de regresso e, se necessário, as despesas de alojamento antes da viagem de regresso, que tenham surgido em consequência da declaração da insolvência do operador, ou – no caso de responsabilidade pelo transporte de passageiros – de intermediação dos serviços de viagem conexos; e

[3.] Quando aplicável, os custos necessários para a continuação da viagem organizada ou do serviço de viagem conexo. [...]»

[13] O artigo 12.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, foi essencialmente transposto na Áustria pelo § 10 da Bundesgesetzes über Pauschalreisen und verbundene Reiseleistungen (Lei Federal Relativa às Viagens Organizadas e aos Serviços de Viagem Conexos (Lei Relativa às Viagens Organizadas, a seguir «PRG») [omissis].

[14] O § 10 da PRG dispõe que:

„§ 10.

(1) O viajante pode rescindir o contrato de viagem organizada em qualquer altura antes do início da viagem organizada sem invocar qualquer fundamentação. Caso rescinda o contrato de viagem organizada nos termos do presente número, o viajante pode ser obrigado a pagar ao organizador uma taxa de rescisão adequada e justificável. O contrato de viagem organizada pode estipular taxas de rescisão normalizadas razoáveis, baseadas na antecedência da rescisão do contrato relativamente ao início da viagem organizada e nas economias de custos e nas receitas esperadas em resultado da reafetação dos serviços de viagem. Na falta de previsão de taxas de rescisão, o montante da taxa corresponde ao preço da viagem organizada deduzido das economias de custos e das receitas resultantes da reafetação

dos serviços de viagem. A pedido do viajante, o organizador justifica o montante da taxa de rescisão.

(2) Sem prejuízo do direito de rescisão previsto no n.º 1, o viajante tem direito a rescindir o contrato de viagem organizada antes do início da viagem organizada sem pagar qualquer taxa de rescisão caso se verifiquem circunstâncias inevitáveis e excepcionais no local de destino ou na sua proximidade imediata que afetem consideravelmente a realização da viagem organizada ou o transporte dos passageiros para o destino. Em caso de rescisão do contrato de viagem organizada pelo viajante de acordo com o presente número, o viajante tem direito ao reembolso integral dos pagamentos efetuados para a viagem organizada, mas não tem direito a uma indemnização adicional.

[...]

(4) Em caso de rescisão de acordo com os números anteriores, o organizador efetua o reembolso de todos os pagamentos efetuados pelo viajante ou por conta deste para a viagem organizada – em caso de rescisão de acordo com o n.º 1, deduzidos da taxa de rescisão prevista nesta disposição –, sem demora injustificada e, em todo o caso, no máximo no prazo de 14 dias após a rescisão do contrato de viagem organizada.»

Quanto à primeira questão prejudicial

[15] Esta questão é relevante para efeitos do presente processo porque o consumidor rescindiu o contrato de viagem antes do início da viagem, tendo subsequentemente sido declarada a insolvência do operador.

[16] A demandante considera que decorre da finalidade protetora do artigo 17.º da Diretiva Viagens Organizadas que, mesmo nestes casos, o viajante tem direito à proteção em caso de insolvência. Em particular, tal poderia ser deduzido do considerando 39, devido à redação: «plenamente protegidos». Por conseguinte, a existência de um nexo de causalidade não deve ser determinante. Se, por exemplo, o viajante rescindisse o contrato devido à situação de insolvência iminente que se tinha tornado conhecida nos meios de comunicação social, tal não seria coberto pela proteção em caso de insolvência.

[17] A demandada considera que esta questão deve ser resolvida exclusivamente ao nível do direito nacional. Além disso, a redação da diretiva milita a favor de um nexo de causalidade. A insolvência deve, portanto, estar na origem do não cumprimento ou do cumprimento defeituoso do serviço de viagem.

[18] Tanto a redação da disposição nacional como a do direito da União sugere um nexo de causalidade devido às expressões «na medida em que» ou «se» e «em consequência», o que teria como consequência que o direito de reembolso devido a uma rescisão antes da declaração da insolvência não está abrangido pela proteção em caso de insolvência. No entanto, o considerando 39 da Diretiva

Viagens Organizadas, que dispõe nomeadamente que: «[o]s Estados-Membros deverão assegurar que os viajantes que adquirem uma viagem organizada sejam plenamente protegidos em caso de insolvência do organizador. Os Estados-Membros [...] deverão assegurar que estes deem garantias de reembolso de todos os pagamentos efetuados pelos viajantes ou por conta destes e [...] do repatriamento dos viajantes, em caso de insolvência dos organizadores.» Esta posição é suportada pelo elevado nível de proteção dos consumidores na União (artigos 114.º, n.º 3, e 169.º TFUE e artigo 38.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia).

[19] A questão da extensão da proteção em caso de insolvência já foi abordada com os Estados-Membros num *workshop* da Comissão [omissis]. Por um lado, a Comissão declara que a intenção do legislador não era reduzir a proteção com a alteração da redação [omissis]. O artigo 7.º da Diretiva 90/314/CEE do Conselho, de 13 de junho de 1990, relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados, ainda se referia a «em caso de insolvência», enquanto que o artigo 17.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, se refere a «na medida em que os serviços em causa não sejam executados em consequência da declaração da insolvência do organizador». Por outro lado, segundo a Comissão, não deveria existir explicitamente um direito no caso de o contrato cessar antes da declaração da insolvência [omissis].

[20] No que respeita à situação jurídica anterior, o Tribunal de Justiça já decidiu, no Acórdão de 16 de fevereiro de 2012 no processo C-134/11, *Blödel-Pawlik/HanseMercur Reiseversicherung AG* [omissis], que o objetivo fundamental do artigo 7.º da Diretiva 90/314/CEE do Conselho, de 13 de junho de 1990, relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados, «é garantir, em caso de insolvência ou falência do operador, [...] o reembolso dos fundos depositados por este [obs.: consumidor]». Além disso, que «não faz depender a referida garantia de nenhuma condição específica relativa às causas da insolvência do operador turístico» (*loc. cit.* n.ºs 20 e seguinte).

[21] Já em 1999, no processo C-140/97, *Rechberger e o./República da Áustria*, o Tribunal de Justiça decidiu que o artigo 7.º da Diretiva 90/314/CEE do Conselho, de 13 de junho de 1990, relativa às viagens organizadas, férias organizadas e circuitos organizados, «estabelece a obrigação de resultado de atribuir aos participantes em viagens organizadas o direito às garantias de reembolso das somas pagas [...] em caso de falência do operador turístico».

[22] No Acórdão de 14 de maio de 1998 no processo C-364/96, *Verein für Konsumenteninformation/Österreichische Kreditversicherungs AG* [omissis], o Tribunal de Justiça declarou, todavia, que «o objetivo do artigo 7.º [obs.: Diretiva 90/314/CEE do Conselho, de 13 de junho de 1990] é proteger o consumidor contra riscos resultantes da insolvência ou da falência do organizador».

[23] Importa, portanto, esclarecer a questão interpretativa de saber se os pedidos de reembolso decorrentes de uma rescisão do contrato de viagem organizada antes da declaração da insolvência estão cobertos pela proteção em caso de insolvência que venha a ocorrer posteriormente. Por outras palavras, se deve existir um nexo de causalidade entre a declaração da insolvência e o não cumprimento ou o cumprimento defeituoso do serviço de viagem.

Quanto à segunda questão prejudicial

[24] Em caso de resposta negativa à primeira questão, esta questão é pertinente na medida em que, nas circunstâncias do caso em apreço, o processo de insolvência teve início durante o período previsto para a viagem.

[25] No contexto da conceção europeia da proteção do consumidor, o facto de, nesse caso, o consumidor ter podido ter um direito ao abrigo da proteção em caso de insolvência se tivesse feito a viagem, mas não se tivesse cancelado legitimamente a viagem, seria inútil.

[26] Importa, portanto, esclarecer a questão interpretativa de saber se, nesse caso, é devido o reembolso ao abrigo da proteção em caso de insolvência.

Quanto à terceira questão prejudicial

[27] Em caso de resposta negativa à primeira questão, esta questão é pertinente na medida em que a causa da rescisão e, indiretamente, da declaração da insolvência é a mesma circunstância excecional — a pandemia da Covid-19. A Flamenco foi declarada insolvente devido ao grande número de rescisões de contratos devido à pandemia.

[28] A demandante considera que o direito de rescisão do consumidor previsto no artigo 12.º da Diretiva (UE) 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015, relativa às viagens organizadas e aos serviços de viagem conexos, seria desvalorizado porque, em caso de insolvência devido a circunstâncias excecionais, um viajante teria de recear não estar coberto. Quanto mais graves forem as circunstâncias excecionais, maior será o risco de insolvência do organizador. Se a insolvência fosse devida à mesma circunstância excecional que a da rescisão do contrato, seria mais sensato do ponto de vista do consumidor não exercer o direito de rescisão e aguardar pela declaração da insolvência.

[29] Importa, portanto, esclarecer a questão interpretativa de saber se, pelo menos no caso de uma relação indireta entre a rescisão do contrato e a insolvência do organizador, indireta no sentido de que ambas são devidas à mesma circunstância excecional, os pedidos de reembolso são cobertos pela proteção em caso de insolvência.

[Omissis]

Viena, 17 de outubro de 2022

[Omissis]

DOCUMENTO DE TRABALHO